preço de garantia conforme a evolução inflacionária. Neste caso, as compras do IBC concentrar-se-iam nos primeiros quatro a seis meses do ano-safra. A menos que a tendência de estabilidade das cotações externas seja interrompida, o produtor brasileiro procurará vender sua colheita o quanto antes, pois a indexação, ainda que mensal, garantirá, apenas, a correção da inflação na remuneração do agricultor. É claro que a situação é diferente, se se consideram os produtores que têm acesso ao crédito subsidiado para estocagem.

Na segunda hipótese em estudo, o preço de garantia de dezembro passado seria corrigido em 70 a 90% da inflação do período dezembro/junho e a periodicidade do reajuste seria trimestral, a partir de outubro de 1983. Se esta proposta for adotada e se a tendência das cotações externas não se alterar, o IBC, possivelmente, comprará uma quantidade ainda maior de café do que na hipótese anterior. Este cenário é, também, menos favorável ao produtor rural, pois contribuirá para agravar o natural afrouxamento das cotações internas, decorrente da entrada no mercado de uma grande safra. Isto porque o cafeicultor que não vender boa parte de sua colheita aos preços do início do ano-safra e não puder esperar a correção do preço de garantia em outubro, terá que aceitar um deságio de preço para vender café que, provavelmente, superará a maior correção do preço de garantia inicial.

A menos que o IBC não conceda reajustes periódicos do preço de garantia, a autarquia terá que adotar uma política mais suave de correção da taxa da contribuição a partir de julho. Do início do ano até a decretação da maxidesvalorização do cruzeiro (meados de fevereiro), o IBC reajustava o confisco a cada correção do câmbio em proporção tal que, praticamente, eliminava os ganhos decorrentes do reajuste monetário. Nesta fase (ver Quadro 3), a taxa de câmbio foi corrigida em 16% e o valor bruto da "cambial do exportador" de café aumentou apenas 4%. Por ocasião da maxidesvalorização, o tratamento do IBC foi, também, bastante rigoroso. Enquanto os demais produtos agrícolas de exportação sofreram a imposição de um tributo extra cuja alíquota máxima era de 20% e que, em vários casos já foi bastante reduzida, o café sofreu um reajuste do confisco que equivaleu a um imposto de exportação de 21,5%.

Depois da máxi, esta prática modificou-se um pouco. O IBC continuou a corrigir o confisco a cada desvalorização do câmbio, porém em uma proporção menor do que anteriormente, permitindo que algum ganho em cruzeiros seja apropriado pelo exportador. Desde então, até 12/5/83, a taxa de câmbio foi desvalorizada em 22% e o valor bruto da "cambial" aumentou em 10,5%. Esta modificação no grau da indexação do confisco tem por objetivo permitir que o valor da cambial evolua mais rapidamente, de forma a comportar, em julho próximo, o novo preço mínimo a ser anunciado. Se o novo preço incorporar uma parte substancial da inflação do período dezembro/junho e passar a sofrer correção idêntica à inflação mensal, como asseguram algumas fontes, o IBC terá que congelar, novamente, o preço de garantia a partir do início do segundo semestre, pois é compromisso formal do governo ajustar a evolução da taxa de câmbio à variação inflacionária.

CANA-DE-AÇÚCAR

Grande produção interna e problemas no mercado externo

A safra 1982/83 de cana-de-açúcar encontra-se praticamente encerrada, tanto na Região Centro-Sul, que terminou sua colheita em fevereiro, como na Região Norte-Nordeste, onde a quantidade de cana que resta a ser processada, ainda nesta safra, é inexpressiva. A safra 1983/84 tem seu início previsto para 1º de junho, muito embora algumas usinas e destilarias, no Centro-Sul, já tenham antecipadamente iniciado a produção.

Os Quadros 1 e 2 permitem comparar os resultados da produção de açúcar e álcool obtidos na safra 1982/83 (posição até 30 de abril) com os da safra anterior, bem como examinar as metas de produção para a futura safra, explicitadas no Plano de Safra do IAA.

No que diz respeito à safra na Região Norte-Nordeste, observa-se o acentuado predomínio dos estados de Pernambuco e Alagoas, com uma participação conjunta de 85% na produção de açúcar e 76% na produção de álcool, na temporada 1982/83.

A estiagem registrada entre os meses de junho e agosto provocou, em algumas regiões produtoras de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, uma antecipação da colheita e mesmo o encerramento prematuro da safra, por falta de matéria-prima. Contudo, a situação, de uma maneira geral, foi atenuada com a ocorrência de precipitação pluviométrica adequada, a partir de setembro. Quando se compara a posição registrada em 30 de abril último, com a produção inicialmente programada no Plano de Safra 1982/83, conclui-se que o resultado pode ser considerado satisfatório, merecendo destaque o forte incremento na produção de álcool, em que o volume de produção, planejado para toda a região, foi ultrapassado em 34%. Este fato pode ser atribuído, entre outros fatores, a um maior interesse dos empresários locais na produção do álcool em relação à de açúcar, obrigando o IAA a reavaliar as metas programadas. As oscilações climáticas, registradas durante a safra 1982/83, poderão ter seus efeitos ainda refletidos sobre a temporada seguinte que, no Nordeste, inicia-se em setembro. Diante disto, as metas do Plano de Safra 1983/84, que prevêem uma elevação em torno de 6% para o açúcar e 21% para o álcool, ficariam comprometidas. Entretanto, o desempenho da futura safra fica na dependência, sobretudo, do comportamento do clima nos próximos meses e dos tratos culturais dispensados ao canavial.

A safra na região Centro-Sul, embora suplantando o resultado alcançado um ano antes, não cumpriu por completo a produção autoriza-

QUADRO 1

BRASIL – Produção de Açúcar - Safras 1981/82 e 1982/83
(Posição em 30/04/1983) e Plano de Safra 1983/84
(toneladas)

Discriminação	Resultado Final 1981/82	Posição em 30/4 1982/83	Plano de Safra 1983/84
Norte-Nordeste	2.789.286	3.242.402	3.423.000
Pernambuco	1.211.999	1.432.101	1.489.000
Alagoas	1.188.594	1.334.826	1.376.220
Centro-Sul	5.146.035	5.613.463	5.577.000
Minas Gerais	445.360	486.530	501.400
Rio de Janeiro	472.619	555.038	533.000
São Paulo	3.915.168	4.300.340	4.261.000
Brasil	7.935.321	8.855.865	9.000.000

FONTE: IAA.

da no seu plano, no que se refere ao açúcar. O desempenho, abaixo da expectativa inicial, pode, em parte, ser atribuído aos efeitos da geada que atingiu, em junho de 1981, as regiões produtoras de cana nos estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, e das excessivas chuvas que se seguiram, causando destruição de mudas e repercutindo negativamente sobre a safra 1982/83. Embora a produção de álcool também tenha sofrido as mesmas conseqüências, esta conseguiu superar em 7% o volume planejado para a região.

Para a safra 1983/84, o aumento da área de cana e as boas condições climáticas permitem prever uma grande expansão da oferta de matéria-prima.

Este fato não pode ser encarado como promissor para a atividade canavieira, pois agrava a inquietação no setor produtivo, tendo em vista o Plano de Safra da atual temporada, que reduziu a produção de açúcar na região Centro-Sul para 5,613 milhões de toneladas. Considerando-se que o incremento de quase 1 bilhão de litros programado para a produção de álcool depende da ampliação da capacidade de produção das destilarias, bem como da entrada em funcionamento de novas unidades produtoras, subsiste a ameaça de ocorrer sobra de cana-de-açúcar. O aproveitamento desse excedente, ou não, fica na dependência das tendências de consumo de álcool nos próximos meses. Seguindo esta perspectiva, a Comissão Nacional de Energia já autorizou a contratação adicional de mais 600 milhões de litros de álcool, além dos 7,06 bilhões previstos no Plano de Safra 1983/84.

O prejuízo causado pelo provável decréscimo na produção de açúcar aguçará as dificuldades econômico-financeiras de fornecedores e usineiros.

As maiores reclamações do setor

QUADRO 2

BRASIL — Produção de Álcool - Safras 1981/82 e 1982/83 (Posição em 30/4/1983) e Plano de Safra 1983/84 (m^3)

Discriminação	Resultado Final 1981/82	Posição em 30/4 1982/83	Plano de Safra 1983/84
Norte-Nordeste	823.720	1.178.857	1.429.000
Pernambuco	255.378	335.150	400.000
Alagoas	417.748	563.556	631.500
Centro-Sul	3.414.403	4.634.394	5.631.000
Minas Gerais	133.583	165.006	230.000
Rio de Janeiro	153.897	190.029	190.000
São Paulo	2.833.641	3.814.799	4.448.000
Paraná	195.603	293.786	403.000
Brasil	4.240.123	5.813.251	7.060.000

FONTE: IAA.

concentram-se sobre os preços fixados pelo Instituto do Açúcar e do Álcool, para a cana e seus derivados, que, segundo os produtores, não vêm cobrindo a elevação dos custos de produção. Alegam ainda que a situação agravou-se, após a maxidesvalorização do cruzeiro, em 18 de fevereiro, em razão da elevação dos preços de fertilizantes e defensivos importados. O IAA contra-argumenta, lembrando os pesados subsídios com que vem arcando, em função da gravosidade na exportação do açúcar e da desigualdade nos custos de produção das regiões produtoras. Não restam dúvidas de que o setor experimenta uma certa resistência governamental na concessão de facilidades e benefícios para a atividade canavieira. Como exemplo, podem ser citadas, ainda, as alterações empreendidas, desde a segunda metade do ano passado, no financiamento de estoques de açúcar e álcool (*warrantagem*), reduzindo-o de 70 para 60% no Nordeste e de 50 para 35% no Centro-Sul. Nessa nova postura governamental, enquadra-se também a decisão do Banco Central de limitar em 4.000 MVR's (Maior Valor de Referência), o volume de financiamento aos grandes produtores, por intermédio do Banco do Brasil, para aplicação no custeio durante o período da entressafra. Se, com essas medidas o governo busca reduzir a dependência dos produtores para com o Estado (as quais, ao ver dos produtores, deveriam ser combinadas com uma política de preços que acompanhasse a elevação dos custos), tais decisões estão diretamente ligadas ao difícil momento que atravessa o mercado açucareiro internacional e às próprias dificuldades econômicas enfrentadas pelo país, o que obriga o setor a contribuir com sua quota de sacrifício.

Dentro dessa ótica, pode-se compreender a atual discussão acerca da retirada e do pagamento do álcool estocado nas destilarias. Com um período de produção de seis meses, o álcool é retirado na proporção de 1/12 da produção de uma safra, por mês, das destilarias anexas e 1/9, por mês, das autônomas. A reivindicação dos produtores é de que todo o álcool produzido seja imediatamente faturado. Ainda segundo eles, o problema não é de logística de estoques, mas eminentemente financeiro. De fato, embora esta norma não seja recente, suas implicações parecem estar sendo melhor percebidas agora, que cessou o crédito fácil, elevou-se o custo do dinheiro e vêm-se reduzindo os subsídios oficiais.

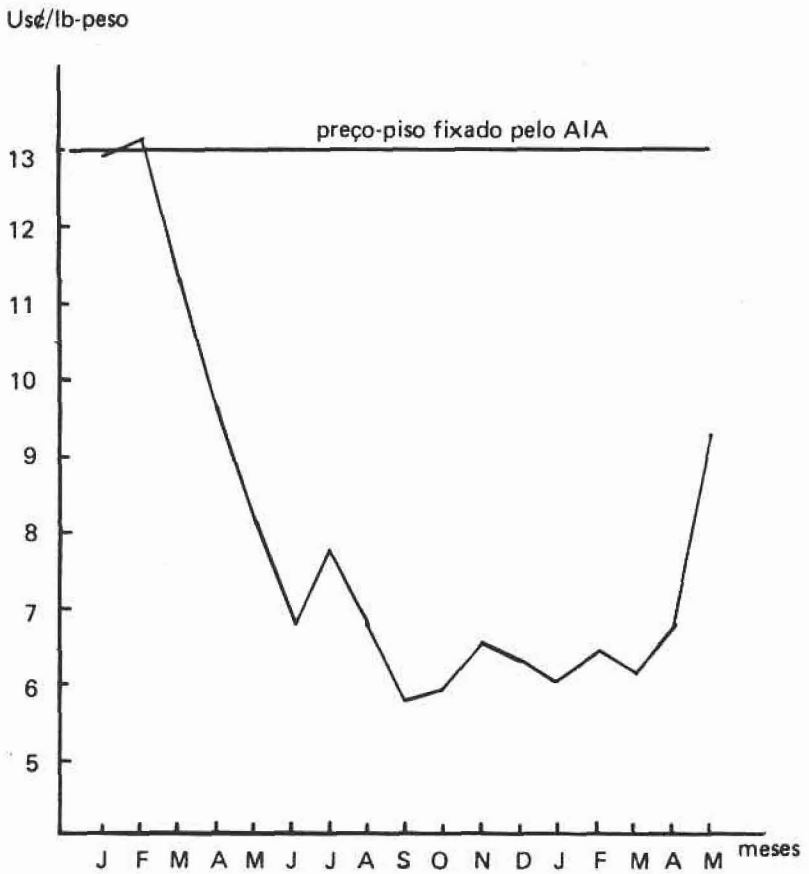
O estoque excedente para o final da safra está estimado em torno de 540 milhões de litros, já descontados os 550 milhões de litros que figuram como estoque de segurança. O destino deste excedente vem suscitando grande polêmica, haja em vista que o governo, através da Petrobrás, não o adquiriu de pronto, conforme faz habitualmente. A solução para o problema deverá ser obtida mediante o aumento das exportações, ou através da elevação do percentual de 20 para 23% da mistura da gasolina com o álcool anidro, medidas que, embora economicamente possam parecer pouco recomendáveis, reduziriam o custo de uma prolongada estocagem.

O grande excedente de álcool, acumulado no "estoque de passagem" do final desta safra, aparentemente desmente os temores quanto a uma possível falta do combustível nos próximos meses. Aliás, esta possibilidade, aventada pelo próprio governo, fundamenta-se no extraordinário crescimento das vendas de veículos a álcool, ocorrido desde o segundo semestre de 1982, em resposta às medidas implementadas com a finalidade de restabelecer a confiança no Programa (aumento da garantia do carro a álcool para dois anos, redução do preço do álcool para um limite máximo de 59% do preço da gasolina, diversos incentivos para os táxis a álcool etc. . .). De fato, o primeiro quadrimestre do ano apresentou um acentuado predomínio na venda de veículos a álcool: em janeiro, das 42.136 unidades vendidas, 69,2% eram de veículos a álcool. Esta participação aumentou em fevereiro para 71,6% num total de 42.013 veículos. Em março, dos 67.689 unidades comercializadas, 75,9% eram veículos a álcool. Em abril, registrou-se o maior recorde de vendas destes veículos, ou seja: 77,4 mil unidades vendidas.

No que diz respeito à demanda pelo álcool hidratado em 1983,

GRÁFICO 1

AÇÚCAR – Cotações no Mercado Internacional – Janeiro de 1982 a Maio de 1983 – US¢/libra-peso



FONTE: OIA.

o Quadro 3 apresenta um conjunto de hipóteses para o número total de veículos a álcool a ser incorporado à frota existente no final de 1982, com prováveis níveis médios de consumo.

Assim, consideram-se as hipóteses de que, em 1983, ocorram acréscimos de 500 mil, 450 mil ou 400 mil unidades à frota existente ao final de 1982, que, segundo informação da ANFAVEA, foi de aproximadamente 666 mil veículos. Para se calcular o consumo total de álcool hidratado, no presente ano, trabalha-se com três níveis médios de consumo anual por veículo, a saber, 3.360 litros (considerado pelo governo como um nível provável), 3.600 litros e 3.840 litros — os dois últimos em função da crescente participação de taxis, na frota de veículos a álcool, o que pressupõe uma elevação do consumo médio. Como a incorporação dos veículos à frota, este ano, não se faz só de uma vez, para calcular o consumo médio de combustível, considera-se a metade das unidades previstas.

Os resultados encontrados não indicam o risco de uma escassez do combustível, uma vez que o Plano da Safra vindoura prevê uma produção de 4,561 bilhões de litros de álcool hidratado.

A oferta de álcool anidro, por sua vez, deverá atender às exigências de consumo. Mesmo que se mantenha a elevação de 20 para 23% do percentual de mistura do álcool com a gasolina, o consumo adicional de álcool anidro deverá ficar em torno de 300 milhões de litros, totalizando 2,2 bilhões de litros. Neste caso, haverá uma certa folga no abastecimento, uma vez que o Plano de Safra prevê uma produção de 2,498 bilhões de litros de álcool anidro.

Diante do exposto, estando assegurado o abastecimento de álcool para o ano em curso, ganha relevância a discussão acerca das futuras metas de produção. Em março deste ano, o Proálcool, com um total de 417 projetos enquadrados, dispunha de uma capacidade nominal de produção de 7,965 bilhões de litros que, acrescidos dos 900 milhões de litros produzidos pelas destilarias instaladas antes do lançamento do Programa, totalizava uma produção potencial de 8,865 bilhões de litros.

Com este nível de consolidação, a discussão sobre as metas de produção dos próximos anos concentra-se nas dificuldades para financiamento

QUADRO 3

BRASIL: Estimativa do Consumo de Álcool Hidratado em 1983, Conforme a Frota de Veículos e o Nível Médio de Consumo — em 1.000 litros

Acréscimo previsto na frota de veículos a álcool em 1983	Consumo Médio Anual = 3.360 l		Consumo Médio Anual = 3.600 l		Consumo Médio Anual = 3.840 l	
	Consumo dos veículos incorporados a frota em 1983	Consumo total da frota em 1983	Consumo dos veículos incorporados a frota em 1983	Consumo total da frota em 1983	Consumo dos veículos incorporados a frota em 1983	Consumo total da frota em 1983
+ 500 mil	840.000	3.077.760	900.000	3.297.600	960.000	3.514.440
+ 450 mil	756.000	2.993.760	810.000	3.207.600	864.000	3.421.440
+ 400 mil	672.000	2.909.760	720.000	3.117.600	768.000	3.325.440

OBS.: A frota estimada de veículos a álcool no final de 1982 era de 666 mil unidades.

de novos projetos e na subseqüente expansão do parque alcooleiro, em um momento de recursos extremamente escassos.

Mercado externo

O quadro interno, caracterizado por uma crescente capacidade de produção da cana-de-açúcar, do açúcar e do álcool, torna-se mais complexo, na medida em que o mercado externo para o açúcar, o álcool e o melaço ainda se mantêm pouco convidativo, no que diz respeito aos preços, e sem perspectivas claramente definidas quanto a seu futuro.

A empresa alemã, *F. O. Licht*, prevê, para a safra 1982/83, uma produção mundial de 99,261 milhões de toneladas, ou seja, uma redução de apenas 1% sobre o resultado obtido na safra precedente. Do volume total do açúcar a ser produzido, 63% provêm da cana e 37% da beterraba.

Com um consumo previsto de 93,4 milhões de toneladas, o mercado acumulará um volume de 6,5 milhões de toneladas ao excedente já existente. Conclui-se daí, que o estoque final totalizará 39 milhões de toneladas, ou seja, 42% do consumo.

Se as estimativas da presente safra apontam para uma redução insignificante da produção mundial, o primeiro prognóstico da próxima safra, anunciado por *F. O. Licht*, mostra-se mais promissor quanto a uma possível recuperação do mercado. A previsão inicial para a safra 1983/84 reduz a produção para 95 milhões de toneladas. Contudo, tal previsão deve ser encarada com grande cautela, visto que parte da safra 1982/83 sequer foi colhida e o quadro previsto pode vir a sofrer grandes transformações.

A perspectiva de uma redução mais substancial na produção mundial fundamenta-se, inicialmente, nas dificuldades conjunturais por que passam as safras de alguns países grandes produtores. Registre-se, em especial, a anunciada quebra da safra cubana que, após recuperar-se, no ano passado, de graves prejuízos provocados pela "ferrugem" em seus canaviais, tem novamente sua produção comprometida por chuvas torrenciais no período mais intenso de colheita. Estas tempestades não sazonais terão como conseqüência direta uma redução aproximada de 750 mil toneladas na safra atual, além de atrasar o corte em aproximadamente seis semanas, encurtando o período de plantio da safra 1983/84.

Igualmente crítica é a situação do México que, este ano, será obrigado a importar 1 milhão de toneladas de açúcar, para suprir as necessidades internas, uma vez que sua produção doméstica vem sendo abalada por problemas climáticos e pela ineficiência administrativa.

Também a União Soviética anuncia a repetição de problemas climáticos que, por anos seguidos, vêm afetando suas áreas de plantio. Na presente safra, a URSS encontrará dificuldades para produzir 7 milhões de toneladas, ao passo que suas necessidades de consumo já chegam a 13 milhões de toneladas. Semelhante situação vive o restante do Leste Europeu, que continuará importando mais açúcar do que exporta.

A Comunidade Européia, hoje a maior exportadora de açúcar depois de Cuba, também tem sofrido o efeito do excesso de chuvas que castiga a Europa na atual temporada. As intempéries vêm provocando o atraso no plantio da safra de beterraba, o que trará reflexos sobre a próxima colheita. Para a atual safra, a CEE não deverá reduzir sua produção. Segundo *F. O. Licht*, em que pese a implantação da política de estoques, praticada desde o ano passado, o elevado nível de produção deverá manter-se praticamente inalterado, totalizando 14,806 milhões de toneladas. Para o presente ano, os estoques deverão alcançar 1,03 milhão de toneladas, contra as 992 mil armazenadas em 1982. Ainda assim, está prevista uma disponibilidade de 6,7 milhões de toneladas de açúcar para exportação, das quais, 3,7 milhões de toneladas são do tipo C, não beneficiadas por subsídios.

Sem dúvida, o excesso de oferta provocado pela política de subsídios da CEE tem contribuído ponderavelmente para o desequilíbrio do mercado. Aos Estados Unidos, maiores importadores mundiais de açúcar, após a URSS, cabe também parcela

importante de responsabilidade na depressão do mercado. Isto porque os norte-americanos, através de uma política caracteristicamente protecionista, limitaram bruscamente suas importações, ao instituir um sistema de quotas de importação, a partir de maio do ano passado. Assim, em 1982, as compras norte-americanas de açúcar sofreram a drástica redução de 48%, totalizando apenas 2,393 milhões de toneladas. Embora esta política seja apresentada como um mero programa de apoio à produção doméstica, ao fixar um preço de estabilização interno em torno de US¢ 21/libra-peso, estabelece um nível de cotações que, tornando competitivos os produtos substitutos, favorece sobretudo a expansão da produção interna de adoçantes à base do xarope de milho.

Em função do comportamento cíclico do mercado internacional de açúcar, alternando períodos de excesso de oferta e baixos preços, com fases de escassez e preços elevados, a busca de uma maior estabilização do mercado passa a ser de interesse de todos os países exportadores e importadores. Para que este equilíbrio possa ser alcançado, o mercado precisa se submeter a um conjunto de normas disciplinadoras, que neutralize suas permanentes tendências para a flutuação.

Neste sentido, as discussões em andamento desde o final do ano passado, que examinam as possibilidades da assinatura de um novo Acordo Internacional, podem ser encaradas como um dos principais acontecimentos no âmbito do comércio açucareiro, nos últimos anos. Esta afirmação não significa simplesmente uma confiança absoluta de que as atuais conversações cheguem a bom termo. Ao contrário, as negociações entre os diversos países interessados deverão ser longas e difíceis, considerando-se que o novo acordo terá de conciliar interesses de mais de cento e vinte países, entre exportadores e importadores de açúcar. Como aspecto positivo, deve ser ressaltada a participação, como observadora, da Comunidade Econômica Européia nas conversações atuais, o que não aconteceu nas negociações dos acordos anteriores.

A necessidade de um novo acordo afirma-se perante a completa ineficácia do convênio atualmente em vigor. A manutenção do preço médio calculado pela Organização Internacional do Açúcar desde fevereiro de 1982, em nível bem inferior ao mínimo de US¢ 13/lb-peso, estabelecido no Acordo, constitui uma demonstração cabal da sua falência (ver Gráfico 1). Todas as tentativas para deter a queda dos preços (as quotas de exportação foram colocadas em seu nível mínimo e as obrigações de estoques, dos países-membros exportadores, em seu máximo) foram frustradas, evidenciando a insuficiência dos mecanismos com este objetivo, constantes

QUADRO 4

BRASIL: Exportações de Açúcar — Janeiro a Abril - 1982/83

Discriminação	Volume 1.000 t	Valor US$ milhões FOB	Preço Médio US$/t
1982	516,2	154,9	300,06
1983	706,7	125,2	177,42

FONTE: IAA/Cacex.

do Acordo.

Nas negociações realizadas em Genebra, no último mês de maio, foram apresentados dois tipos de propostas. Uma, encabeçada pela CEE, defendia como o principal instrumento de estabilização a formação de estoques. Outra, apoiada pelos demais países grandes exportadores, mantinha a fórmula da combinação de estoques e quotas de exportação, já empregada no presente Acordo, muito embora reconhecesse a necessidade de seu aperfeiçoamento.

A CEE defende a formação inicial de um estoque entre 5 e 6 milhões de toneladas, cuja responsabilidade caberia aos dez maiores exportadores, ou seja, África do Sul, Argentina, Austrália, Brasil, C.E.E., Cuba, República Dominicana, Índia, Filipinas e Tailândia. Estes países não ficariam submetidos a quotas de exportação, que seriam fixadas apenas para os produtores cujas vendas externas se situam entre 70 mil e 500 mil toneladas. Os países com exportações inferiores a 70 mil toneladas ficariam livres de qualquer imposição.

A Comunidade, em sua proposta, considera necessária a participação dos países-membros importadores de açúcar na manutenção dos estoques, embora sem definir a forma de participação. Exige ainda que o comércio de adoçantes à base de milho passe a ser controlado, bem como que o comércio açucareiro de Cuba com os demais países socialistas se dê com maior "transparência", possibilitando, desta maneira, um maior controle.

O Brasil, por sua vez, compareceu à conferência negociadora defendendo um conjunto de propostas que, embora mantendo os princípios de formação de estoques e o estabelecimento de quotas de exportação, busca municiar o Acordo de instrumentos mais efetivos. Assim, propôs que sejam revistos os critérios para a fixação das necessidades mínimas de importações que têm gerado a chamada "inflação" das tonelagens básicas de exportação. Propôs, ainda, a substituição do sistema de quotas fixas dos países exportadores por uma quota mais flexível, que iria variar, conforme as necessidades de importação dos compradores. Sugeriu, também, a formação de um estoque em volume suficiente para uma rápida recuperação dos preços, bem como o apoio ao desenvolvimento de projetos alternativos para utilização da cana-de-açúcar e da beterraba, como é o caso do Proálcool brasileiro.

Observam-se claras diferenças entre as duas propostas, embora ambas tenham sido elaboradas com base na necessidade de um esforço comum para a recuperação do mercado.

A proposta da Comunidade deixa indagações para os outros produtores, no que se refere aos recursos exigidos para a formação de um volumoso estoque. Contraria, também, os interesses dos Estados Unidos e do Japão, ao desejar intervir sobre o comércio de adoçantes à base de milho. Desagrada, também, Cuba, pela tentativa de controle de seu comércio preferencial com os países do Leste. Por outro lado, a CEE não aceita o sistema de quotas de exportação contemplado na proposta brasileira, ao mesmo tempo que limita as responsabilidades de formação dos estoques aos dez países responsáveis por 85% das vendas mundiais.

As diferenças entre as propostas permitem antever o nível das dificuldades que deverão ser superadas, para que se possa chegar a um entendimento. Contudo, o esforço dos países negociadores na busca de uma solução comum baseia-se na imperiosa necessidade de recuperação do mercado, visto o ônus que representa a atual situação para os países exportadores.

A presente etapa de negociações não deverá produzir resultados antes de outubro, o que minimiza sua repercussão sobre os preços no presente ano.

O comportamento dos preços, desde a segunda quinzena de abril (ver Gráfico 1), caracterizou-se por uma tendência marcadamente altista, o que pode ser atribuído aos já citados acidentes climáticos que atingiram alguns dos grandes países produtores.

Os rumores sobre a possível renegociação por Cuba e África do Sul de alguns contratos de fornecimento ao Japão somaram-se às notícias de adversidades climáticas na Europa e à possível quebra de safras na Austrália, Tailândia e Filipinas, devido à seca.

O mercado foi, assim, sacudido pela expectativa de que, após quase três anos de uma super-oferta de açúcar, o ciclo baixista dos preços se estaria esgotando. Os mesmos fatores, que em outras oportunidades contribuíram para fortes elevações das cotações, mostram-se agora presentes. Destaque-se aqui a excitação do mercado diante de tal expectativa, com o habitual retorno de especuladores nas negociações.

Em face destas considerações, as perspectivas quanto às exportações brasileiras de açúcar para 1983 são ainda indefinidas. O Quadro 4 estabelece a comparação entre os resultados obtidos nos quatro primeiros meses deste ano com aqueles alcançados em igual período do ano passado. Uma análise superficial dos dados induziria à conclusão, de que, ao final de 1983, o valor das exportações de açúcar poderá ser consideravelmente inferior àquele alcançado em 1982, haja em vista que o preço médio no último quadrimestre ficou 40% abaixo do registrado no ano passado. Entretanto, devem ser considerados alguns fatos que, na simples observação do quadro citado, não se evidenciam. O primeiro deles é que as cotações do açúcar, em 1982, decaíram de forma mais acentuada, justamente após o mês de abril, alcançando seu nível mais baixo em setembro, quando o preço do açúcar na Bolsa de Nova Iorque foi de US$ 130,10/tonelada. Por outro lado, as exportações do produto via de regra intensificam-se a partir do segundo semestre, sendo que, em 1982, 46% do volume total foram embarcados nos três últimos meses do ano, por um preço médio de US$ 179/tonelada. Um segundo aspecto a ser considerado diz respeito à tendência a um comportamento inverso dos preços, em 1983. Embora já se tenha contratado a venda das 2,8 milhões de toneladas, correspondente à quota anual de exportação do Brasil no atual Acordo, não é possível precisar a receita do país com estas vendas. Isto porque, em sua maioria, tais contratos fixam o preço do produto com base na média das cotações dos vinte dias úteis anteriores ao embarque.

Ainda sem uma definição precisa da real tendência dos preços neste ano, pode-se supor que se situarão, nos próximos seis meses, em uma faixa entre US$ 220 e US$ 330 por tonelada. Considerando-se que o país exportará em torno de 2,8 milhões de toneladas, torna-se possível prever uma arrecadação aproximada de 750 milhões de dólares.

Vale registrar que o rol dos principais países importadores do açúcar brasileiro vem sofrendo alterações significativas. O principal motivo destas alterações reside na drástica redução das importações pelos Estados Unidos, desde o ano passado. Enquanto, em 1981, o Brasil vendeu 970 mil toneladas para aquele país, em 1982 os norte-americanos compraram apenas 285 mil toneladas do açúcar brasileiro, em virtude do sistema de quotas de importação então instituído. Para o presente ano fiscal (outubro a outubro) o Brasil tem direito a nova quota de 446 mil toneladas. Como contrapartida das restrições impostas pelos EUA, o Brasil vem ampliando suas vendas para outros países, destacando-se entre eles a Venezuela (362 mil toneladas em 1982) e a URSS (354 mil toneladas em 1982).

As exportações de álcool deverão manter um desempenho semelhante ao registrado no ano passado, quando foram exportados 245,7 mil toneladas, significando uma receita de US$ 82,4 milhões. Ainda que, em 1983, os EUA tenham dobrado a taxação sobre o produto importado, de US$ 0,20 para US$ 0,40/galão, o Brasil dispõe de convincentes razões para vender o produto, mesmo que a um preço abaixo de seu custo. Isto porque a exportação de álcool continua figurando como a mais eficiente alternativa para reduzir estoques no período mais intenso da safra. Além disso, a redução da gravosidade das exportações do produto pela maxidesvalorização do cruzeiro compensou parcialmente o prejuízo causado pelo acirramento do protecionismo norte-americano. Restritas a alguns países da Europa, ao Japão e aos Estados Unidos, as vendas de álcool para o exterior não devem ultrapassar 250 milhões de litros, perfazendo uma receita aproximada de US$ 60 milhões.